DISCURSO DO PRESIDENTE

• Reforma Constitucional

"Pacote de emendas flexibiliza monopól

O governo enviou ontem tulo tributário, reforma adde manhã ao Congresso Nacional o primeiro pacote de mudanças na Constituição brasileira de 1988. São cinco emendas constitucionais abrangendo os setores de petróleo, telecomunicações, mineração, gás canalizado e cabotagem, cuja exploração é monopólio da União. O conjunto de mudanças constou também da alteração no conceito de empresa nacional para empresas sediadas no País e regidas pela legis-

lação brasileira. O presidente Fernando Henrique Cardoso, num pronunciamento de 35 minutos, descartou a importância das medidas, "levando ao limite a flexibilização dos monopólios". Na próxima semana serão encaminhadas ao Congresso as matérias relativas à Previdência Social. Após o Carnaval, novo lote de emendas abrangerá capí-

ministrativa e algumas mudanças no sistema financeiro, conforme adiantou Car-

Durante a entrevista coletiva, que durou mais de uma hora, o presidente ressaltou que espera receber dinheiro dos investidores estrangeiros, em vez de queixas, e que somente o setor elétrico necessita da ordem de US\$ 5 bilhões.

Cardoso informou ainda que enviará ao Congresso, juntamente com o pacote de medidas que visam a melhoria das receitas da Previdência Social, uma proposta de aumento real do salário mínimo.

O pacote de medidas apresentado por Fernando Henrique Cardoso é, segundo ele, apenas o início de uma agenda que deverá incluir reformas políticas e do Poder Judiciário.

mais competentes que sejam, ou de pressões políticas, por mais legitimas que elas sejam. Elas são muito mais do que isso, elas são um anseio deste país, um anseio da população brasileira.

seio da população brasileira.

Eu não escondi nunca, durante
a campanha eleitoral, qual era o
meu pensamento político, e quais
eram os meus compromissos, quais são os meus compromissos. E eu ganhei as eleições dizendo o que penso e o que iria fa-zer. Eu estou apenas dando continuidade àquilo que me foi hoje delegado pelo povo brasileiro, ao votar em mim. Votou sabendo que nos íamos fazer mudanças, votou porque quer as mudanças, e votou porque está confiante de que essas mudanças são para melhorar o Brasil.

Não se trata pura e simples-mente de ajustar o aparelho do mente de ajustar o apareino do Estado, não se trata de obter uma forma mais adequada de ex-trair impostos e de distribuí-los melhor: é muito mais do que isso. Trata-se de fazer as modifica-ções que vão permitir que, vive do como nós vivemos, numa so-ciedade democrática, em que todos se organizam e demandam, que essas demandas possam vir ser atendidas de forma estável, duradoura, e que essa forma estável e duradoura não seja só para os que hoje estão no governo, e nem só para a atual geração, mas tenha uma perspectiva de

Nós hoje somos um país que já não estamos atropelados pelo dia-a-dia da inflação, já não esta-mos com o fantasma do desemprego crescente rondando as fa-mílias brasileiras. Nós estamos começando a divisar um horizonte que é um horizonte de prospe-ridade, que é um horizonte de progresso. E é para a manuten-ção desse horizonte, para a cria-ção de condições efetivas que permitam que os brasileiros pos-sam ter uma vida melhor é que estamos preparando algumas emendas à Constituição, de tal maneira que este país que lutou tanto, primeiro pela democracia, depois contra a corrupção, em seguida ou simultaneamente, que desejava, como desejou a es abilidade da economia e que hoje tem uma moeda que é respei-tada, que é o real, para que esse povo possa perceber que isso não são momentos passageiros, mas que são realmente caminhos que podem ser palmilhados com cer-teza, com firmeza e com tranqui-

Sem as reformas, dificilmente eu poderia afirmar que o cami-nho está desimpedido para a estabilidade econômica. Sem as re-formas, eu dificilmente poderia afirmar que nós teremos condi-ções de acabar com o clientelis mo e limitar o corporativismo à sua área legítima, que é a defesa dos interesses corretos daqueles

que trabalham num ou noutro se-tor. Sem as reformas, eu não te-ria condições de dizer que as pes-soas do futuro terão também um garantia de uma aposentadoria

digna, que é uma aspiração correta de todos os brasileiros.
Sem as reformas, nos não teremos condições de afirmar que o crescimento econômico que agora se verifica será sustentável, orque haverá sempre empeciporque havera sempre empedi-lhos à atração de recursos priva-dos que são hoje necessários pa-ra que nos possamos ampliar o nosso investimento e para que nós possamos continuar transformando a infra-estrutura da nossa economia e para que nós possa-mos assegurar o que é fundamen-tal para os brasileiros: mais em-

pregos e melhores salários.

O Real significou isso para o
povo. O povo mais humilde. O
povo mais humilde não queria saber como é que se chegou ao Plano Real. Se se trata de infla-ção inercial, se se trata de aumentar a base monetária, de di-minuir a base monetária, se se abriu a economia, são abstra-ções do ponto de vista de quem tem ali o seu cotidiano marcado pela falta de recursos para, no fim do mês, poder chegar na fei-ra ou no armazém e ter recursos para comprar. Essas são abstracões. Multo importantes, mas para o povo, o que interessou mesmo é que ele percebeu que, no fim do mês, seu dinheiro esta-va ali, valendo o mesmo que valia no começo e, portanto, ele melhorou o seu nível de vida.

O Real foi uma conquista popu-lar. Terá sido um esforço do golar. Tera sido um estot de de verno, e eu devo agradecer mais uma vez e agora agradeco ao ministro Malan, que hoje é o ministro da Fazenda e que participou tão intensamente de tudo isso, àqueles todos que articularam, un definiram a nova meda Foi que definiram a nova moeda. Foi muito importante, mas o significativo mesmo, como eu disse tantas vezes, garantiu o Real, foi que o povo brasileiro percebeu e

acreditou nele. Ora, isso é o meu compromisso número um. Não é meu, é nosso, daqueles que sabemos que, hoje, dá para levar adiante as trans-formações com estabilidade, e a todos nos agrada, e agrada muitissimo que a inflação continue declinante. E, naturalmente, aqueles que durante a campanha eleitoral viviam dizendo que era um plano eleitoreiro, que duraria até o momento da posse, se enga-naram. A inflação continuou caindo e nós vamos ter que fazer muitos esforços para que ela per maneça baixa, porque inflação não é uma cojsa que se liquide com um ato. É um processo e o governo está atento a isso e tonará as medidas necessárias

Eu tenho dito, e repito hoje, o que tenho dito nos últimos dias, que a política não é a arte do pos

sível, é a arte de tornar possível o necessário. Quando for necessário, nós vamos fazer. Para zelar para que o real mantenha a sua capacidade aquisitiva, o seu valor, nos vamos tomar as medi-das, ainda que aparentemente possam ser impopulares.

Os senhores são testemunhas

de que nunca tive receio da impo-pularidade momentânea, porque eu não sou demagogo. Eu, quan-do tomo uma medida, pelo menos eu estou convencido de que essa medida terá um alcance positivo. Se me mostrarem que não, re-cuo. Sem ter medo também de mancheres que digam que recuei. Só não recua quem não tem senso de responsabilidade. E, quando vê que há erro, recua. E, nas batalhas, quem não recua perde.

As reformas não são pura decisão do presidente e grupo de técnicos

É preciso franquear para chegar ao objetivo, mas o objetivo tem de ser mantido. Tem de haver continuidade nos esforços para chegar ao objetivo. E o objetivo do País é manter essa inlação baixa. Nós faremos o pos sível e o impossível para mantêla nos níveis compatíveis com a capacidade aquisitiva do povo brasileiro, porque isso é que é ga-rantir salário, isso é que é garan-tir bem-estar. E a minha mão não assinará nunca uma medida que possa ser aplaudida, mas que e demagógica, porque ela vai imediatamente depois erodir

os salários através da inflação. Pois bem, para que nós possa-nos continuar nesse rumo, nós precisamos agora chegar a realmente obter as reformas necessarias, porque essas reformas são exigências do País. Ai estão as pesquisas de opinião pública dizendo. Todas elas dizem a mesma coisa. Poderá haver aqui uma dúvida, outra acola, porque não se conhece o texto ainda. Mas, na verdade, o País anseia por essas reformas, com mais compreensão do momento. É que muitas vezes grupos organi-zados, que se opõem a elas, por-que têm interesses, não digo que seja do ponto de vista estrito desseja do ponto de vista estrito des-ses grupos, que não têm a com-preensão, esses grupos, do con-junto e, portanto, não percebem que a maioria precisa de mudan-

É com o espírito, portanto, muito positivo que eu estou re-metendo as reformas iniciais ao Congresso, muito positivo. E me persec absolutamente fora de fo-co quem pretende se defender das reformas. Só os que têm pri-vilégio é que querem se defender reformas. E as reformas, eu reafirmo duas frases que disse nos meus discursos de possé uma - me permitam ler - diz assim no Senado: o Brasil precisa tanto de mudanças como de continuidade, precisa de continuida-de nas mudanças, mudanças com continuidade. Faremos as mudanças continuamente.

A outra afirmação que eu fiz, é que, quando houvesse dúvidas entre o interesse das minorias privilegiadas e das maiorias, eu ficaria com as maiorias. Muitas vezes as minorias privilegiadas vêm com a etiqueta de povo, que é a melhor maneira de manter privilégio. Mas cabe ao dirigente político, ao homem de Estado responsável, mostrar que o intesse popular não se confunde, muitas vezes, com aqueles que usando o santo nome do povo em vão, defendem seus próprios interesses, os seus próprios privilé-

gios. E eu não vou, naturalmente, me iludir, e ficar a favor de uma aparência de defesa do interesse popular, quando, na verdade, o que se requer são modificações que assegurem efetivamente o interesse da maioria.

Nesse primeiro conjunto de emendas que estamos enviando hoje ao Congresso, nós nos refe-rimos à ordem econômica. Nós vamos apresentar, na semana que vem, as matérias relativas à Previdência Social, e em seguida, nós vamos apresentar os textos sobre a reforma tributária e a reforma administrativa, e alguns aspectos da reforma finan-

Isso não esgota a agenda das reformas que o País deseja. A re-forma política é muito importante. Eu tenho reafirmado aos líderes partidários e aos presidentes da Câmara e do Senado, ambos empenhados nas reformas - ainda ontem, o senador Sarney fez um discurso onde reafirma esse compromisso, que cabe ao espa-co do Legislativo desenhar as re-formas políticas. Isso não que dizer que eu me vá omitir. Pelo contrário, como senador, apre sentei várias idéias, inclu tem uma proposta de transfor-mação do sistema eleitoral, em termos de um sistema ainda proporcional, mas com voto distrital misto, "à la Alemanha", adapta do ao Brasil, que foi aprovado pela Comissão de Justiça do Se-

Portanto, minha opinião é conhecida, mas eu acho que esta parte específica, o Legislativo tem a condição, o conhecimento e a capacidade para encaminha essas reformas, e o governo de-verá ter ai um papel mais ancilar mais de auxiliar, do que pro priamente de estar à frente de-las

Faremos as reformas oportu namente, de outras áreas, propo remos as reformas no Judiciário, em negociação sempre com o Poder Judiciário. Mas, agora, nesse momento, nos parece qu ciais fundamentais para que nos possamos ter esta crença que ho-je existe no Brasil, consolidada em instituições que dêem caminho para as transformações que

Hoje, nessas emendas relativas à ordem econômica, nós estamos aqui levando ao limite o que se chama "flexibilização dos monopólios". Os senhores receberão essas emendas. Elas não são emendas tímidas. Elas são emendas que têm a audácia que o momento requer. Têm a audá-

cia que o momento requer e es-tão respaldadas pela opinião pú-blica, pelos partidos que me apóiam, posto que eu discuti emenda por emenda com os pre-sidentes dos partidos e, ainda hoje, terei reunião com todos os líderes dos partidos, posto que todos os parlamentares, não só dos partidos que apóiam o governo, mas dos partidos que tiverem in-teresse nessa matéria, tomaram conhecimento da nossa orienta ção, não se trata de surpresa, mas se trata de mostrar que o Brasil, hoje, para continuar crescendo, ele precisa de uma coope-ração ativa dos capitais privados nacionais e estrangeiros. E as

propostas vão nessa direção Não deixei de consultar as instituições que são aquelas que até hoje têm prestado imenso servico ao Brasil nas distintas áreas, que serão afetadas pelas emen-das. A começar pelo petróleo, on-de não deixei de conversar com o presidente da Petrobrás e de presidente da Petrobrás e de auscultar o pensamento sobre a matéria. E nesta matéria nós estamos propondo que a União mantenha ela o monopólio e seja a instituição concedente, mas que ela tenha a liberdade de conceder, via legislação, a possibilidade de capitais privados trabalharem naqueles setores que são hoje setores que apontam já para um certo estrangulamento da possa capacidade de investimennossa capacidade de investimen-

A Petrobrás é uma das maiores empresas do mundo, uma empresa ao qual o Brasil deve muito. Empresa para cuja for-mação eu pessoalmente lutei e fui processado. E mantenho a mesma estima pela Petrobrás que mantive nos tempos de juventude. Mas a Petrobrás hoje sabe que ela é tão forte que não sabe que eta e tar forte que nas tem o que temer, e que o Brasil precisa, além dela, de recursos adicionais, para que nos possa-mos atender com presteza o nosso crescimento econômico.

Ainda agora vejo, até com certo espanto, pelos jornais, setores estaduais pedindo que o presidente decida sobre matéria, que não é política, da formação de uma refinaria aqui e outra ali. Isunia fermaria aquie vota dini to é uma deformação, de pensar que o governo, que o Estado é que tem que tomar decisões que são do interesse do mercado e do povo. È uma deformação. O governo tem a responsabilidade de tomar as decisões que tecnicamente lhe forem propostas, e nos temos que nos acostumar e despolitirar essas decisões, porque politizar essas decisões, porque as decisões dessa magnitude, quando revestidas de um caráter político, acabam tendo um custo elevado para o País, para o povo.

Mas, se nos temos interesse, legítimo, de vários Estados, se condições, nesses vários Es tados, e se há capital de risco que queira fazer, por que não? Que o façam. O que eu não posso é imprensar o Tesouro, porque o Te-souro é o povo, é o suor dos trasouro é o povo, é o suor dos tra-balhadores, da classe média, dos empresários, numa decisão de cunho político. A decisão tem

que ser de risco de mercado. Aprovada essa emenda, esses assuntos passam a ser tratados, como deveriam ter sido sempre num nível adequado, de otimiza ção dos recursos, dos resultados que mais retribuem os investimentos feitos, e não com a distorção de uma vontade política vai servir a interesses, por legitimos que sejam, de região de pessoas, de grupos, de parti-

Nós vamos modificar também o que já tinha sido modificado na legislatura anterior, no que diz respeito à conceituação da própria empresa nacional e de em presa estrangeira. Empresa brasileira é aquela que tem sua or ganização aqui e está submetida às leis brasileiras. Manteremos a possibilidade de que esse tipo de empresa, ao produzir aqui, em igualdade de condições, te-nha vantagem sobre as que produzem lá fora, mas ao produzir

Infolizmente a Constituição atual, ela copiou mal o "ameri-can by act" dos Estados Unidos, porque ele beneficia ativament os produtores lá. Aqui nas nossas, nós não beneficiamos produtores, beneficiamos, simplesmente, ou o ter nascido aqui, ou a empresa ter um nome de nacio-nal. Não é essa a questão. Temos que garantir o emprego, temos que aumentar o emprego, então, aí, está justíssimo que assegu-rem àqueles que produzem aqui, melhores condições e, em igualdade de condições, assegurem as vantagens frente àqueles que produzem lá fora. Esse é o espírito do "american by act", o compre americano, compre Améri-

Nós teremos que comprar brasileiro também, comprar o que se faz aqui. Mas não é o que se faz aqui por um setor. Qualquer que seja o setor que venha aqui para produzir, pois que venha e que fique aqui, que se enraize e

que produza. Com o mesmo espírito, nos estamos também alterando alguma coisa da legislação relativa às telecomunicações e também à cabotagem. Nós tivemos o cuida do de dizer que a lei definira as condições em que a cabotagem pode ser exercida, por uma razão muito simples: porque nos estamos vindo de uma tradição extremamente protecionista que protege a todos e acaba não protegendo a ninguém, e sobretudo prejudicando o consumidor, porque encarece o preço final de tudo.

Pois bem, nós não podemos fazer com que as empresas exis-tentes compitam se elas não têm também igualdade de condições com as empresas que são estran-geiras. Então tem que modificar um conjunto de medidas para que elas possam competir. Não se trata, repito, sempre de fazer as coisas selvagemente, expressão que alguns gostam de usar Como se isso fosse sinônimo de responsabilidade e de fazer depressa, mas o apressado come cru. È preciso fazer com proprie dade. Da mesma maneira, ao modificar os pontos que estão modificando a Constituição, que são poucos, nós não estamos que rendo reformar tudo. Porque quem quer reformar tudo não re forma nada. Queremos centralizar. Focalizar os pontos que realmente produzirão efeito sobre o

conjunto da economia brasileira. Da mesma maneira, embora eu já possa ter sido mal-entendi-

do em outras oportunidades, re-pito aqui: a capacidade de conce-der serviço público a terceiros, a necessidade de privatizar que, eu reafirmo, o processo de priva-tização vai seguir adiante com mais rapidez, como já foi dito em outras oportunidades, ela requer simultaneamente que o Estado se aparelhe para que ele possa ser o fiscalizador, para que ele possa verificar a limpeza do procedimento na hora da concessão na hora da privatização. E para que ele defenda o interesse da co-letividade. Eu não posso tornar, como outros pretendiam tornar aqui, passível de exploração pe aqui, passivei de exploração pero capital privado, o setor de telefo-nia, o que é pouco o que aumenta o usuário vai ter melhores condi-ções de telefone. Vai baratear o custo da instalação. Mas, eu não posso fazer isso. Entregando, perdoe-me a expressão, o filé mignon para o setor privado e deixando ao Estado apenas os ossos. Nós temos que ter aí uma capacidade de distribuir, de forma adequada, de tal maneira que o capital privado tenha tam-bém a responsabilidade social. Ele também atinja os setores, que são setores menos favoreci-dos e que precisarão de um forte apoio de investimento.

Isso tudo requer, como requer também, como disse recentemente ao promulgar a Lei de Concessões e Serviço Público, na área energética especialmente, que a gente pense de uma manei-ra responsável as bacias naturais e que a responsabilidade, quando se vá privatizar ou quan-do se venha a dar uma concessão, seja a de que efetivamente os capitais privados nacionais e estrangeiros possam cooperar para a melhoria global da socie dade e não só para os setores que já têm tudo, em detrimento dos

que nada têm. Então a ação de um Estado é absolutamente indispensável para permitir as modificações que estamos fazendo aqui. Não se trata de ao invés de. Se trata de ao lado do Estado. Mas um Estado que sabe que ele não tem hoje condições para fazer os investi-mentos na monta requerida, mentos na mesma capacidade de evitar que haja um processo clientelístico ou corporativista força que distorcione os resultados da sua ação como tem o setor privado.

Isso vale também para o setor de exploração mineral. O Brasil hoje tem apenas 10% dos investi-mentos estrangeiros na área de mentos estrangerros na area com ou-tros países da América Latina: 90% não estão no Brasil, e nós te-mos as províncias minerais mais ricas, algumas das mais ricas do mundo. Nós fizemos restrições aí que beneficiaram umas poucas empresas, as quais não desen-volveram tecnologicamente o setor. Está na hora de mudar isso.

Então nós estamos também ropondo mudanças nesta area. Eu não vou me referir a texto por texto, porque os senhores terão acesso imediatamente a eles, mas estou dando apenas o espíri-

to dessas mudanças. Chegou a hora de avançar, chegou a nora de entr muita clareza, com muita convicção, os interesses que vão se organizar, os "lobbies", pagos pelo serviço público, são os que mais se organizam. Esse bichopapão não mete medo a adulto. Alguns sim, têm medo, mas eu não tenho. Acho que quando a zente tem convicção vai em fren te. E eu tenho a convicção de que nós estamos dando os passos ne cessários para o Brasil retomar de forma sustentada o cresci mento de sua economia.

A Petrobrás sabe que ela é tão forte e que não tem o que temer

No momento adequado virão as medidas relativas à Previdência. Eu quero reafirmar aqui o seguinte: para a gestão do gover-no Fernando Henrique as altera-ções constitucionais da Previdência provavelmente não ren-derão um tostão. Renderão confiança maior em todo mundo, mas nem um tostão.

Eu estou mandando, também, medidas infraconstitucionais. Essas sim, são capazes de aumentar a arrecadação e de permitir, o que eu farei com o maior gosto, que haja um aumento do alário mínimo que não seja de mentirinha, que não seja para deputado fazer discurso na tribuna e ir para a rua dizer que o presidente guer vetar. Vetar boba gem, eu vetarei sempre. Agora, ssas medidas infraconstitucio nais, essa legislação infraconstitucional que vai permitir o acer to, e eu verei no nível máximo

ue puder, são importantes. Mas por que então fazemos emendas constitucionais à Previdência? É porque é obrigação do homem de Estado zelar não só pela sua gestão mas pelo País, e pelas gestões futuras. Isso pode parecer romântico, mas por não ter havido condições sempre de ser assim, por ter havido uma pressão tão grande, em parte por causa da inflação, por causa das desordens havidas pelo autoritarismo, e cada um queria apenas pensar no seu período de governo, é que nós fomos acumulando erros. Eu tenho que pensar no futuro, não é nos governantes futu-ros, é no Brasil, no povo do Bra-

Nós não podemos permitir que dentro de dez ou vinte anos nós tenhamos mais gente aposentada do que gente na ativa, porque quando isso ocorrer quebra tema da Previdência. E ai não haverá aposentado nenhum, por que não haverá recursos para is-

E não é sadio um País que transforma numa vantagem e numa cultura o aposentar-se logo. Aqui as pessoas se querem aposentar logo porque o trabalho é mai pago. Se querem aposentar logo porque têm más condições de trabalho, se querem aposen-tar logo porque não tem modificação, se querem aposentar logo go para poder melhorar o seu sa-lário.

Não adianta eu me aposentar aos 60 anos. Alguém outro dia me disse, no Paraná, que como é que alguém com 60 anos pode dar au-la. Eu disse: eu tenho 63, embora a Veja diga sempre que eu tenho 64. Mas eu tenho 63. Eu posso dar aulas, eu acho que ainda posso dar aula. Com 60 certamente eu podia. Isso não é verdadeiro.

Agora, se a pessoa chega aos 60 sem poder dar aula é porque durante todo a seu traiato de vi-

durante todo o seu trajeto de vi-da foi maltratado. Teve um trabalho áspero que não foi reco-nhecido, teve mau salário, teve que ter dois trabalhos. Então vamos corrigir isso, ao invés de co-locar como ideal, dando a impressão que as pessoas não que-rem trabalhar, quando o que elas querem não é não trabalhar não, é ter outro emprego. Vamos corrigir isso. Mas não se corrige isso não alterando aquilo que é im-

ortante agora. Direito adquirido é direito adquirido. Nós mudamos a questão da moeda, nós alteramos a infla-ção respeitando os direitos, não quebrando contratos. Porque que eu iria propor agora a que-bra do contrato da área social?

E vejo até com pena pessoas que se apressam para se aposen-tar como se fosse acabar o mun-do. Não precisam se aposentar, não vai acabar o mundo não. Os direitos adquiridos serão respeitados. Eu reafirmo isso porque muita gente manipula e fica ameaçando. "Ah, o governo..." Não vai tirar nada, o governo quer dar mais às gerações futu-ras também, não só às atuais. Não é dilapidar um um patrimônio social, tem que pensar no dia de amanhã. Mas quer é dar me-lhores condições para que isso possa se processar de uma for-

ma objetiva. E vou dar um exemplo: a folha de salários da União passou de US\$ 16 bilhões em 1992 para R\$ 33 bilhões em 1995, mais que dobrou. Agora pergunte ao funcio-nário se o salário dele dobrou. Não dobrou, aumentou, houve um aumento real. O govenro Itamar Franco, e agora com o au-mento que demos em janeiro, os funcionários estão com seus sa-lários aumentando em termos reais. Que ninguém se iluda quanto a isso. Que o ponto de partida foi baixo, foi baixo. Mas o governo tem feito esforço e continuará fazendo para repor, em termos reais. Mas não dobrou. Sabe por quê? Porque a maior parte desse aumento da folha, ele vai para aposentado-ria. No caso da União, que a União paga mais que integral o salário, quem se aposenta ganha não é 100% é 115% em média, e esse é o único país do mundo em que ao se aposentar a pessoa ganha mais, é um incentivo à aposentadoria precoce. Se você ganha mais como aposentado, para que trabalhar? E é uma coisa iló-

Pois bem, por causa disso o pe-so da folha de salário é enorme porque isso aumenta os gastos faça um aumento maior de salá-rios dos que estão trabalhando. Eu pergunto ao País o que ele

. Se ele deseja que os salá rios diminuam em termos proporcionais para quem está trabalhando permanentemente e aumente para quem está aposentado, ou se querem manter uma aposentadoria condigna, mas que não tem um peso desse por te, e portanto que a massa de aposentados não cresça mais de: pressa do que a massa dos ati-

A pergunta é simples. E se o País responder que prefere real-mente uma espécie de suicídio lento, o presidente lamenta, mas bedece à vontade da maioria Se for essa a vontade do Congresso, se a maioria refletida no Congresso achar que quer pouco a pouco sufocar quem trabalha, e pensando que vai permitir a aposentadoria quando não vai, porque daqui a dez anos ninguém vai ter essa possibilidade porque estará tudo quebrado. No meu governo não altera nada, porque os direitos adquiridos estão aí. Então não vai alterar nada no caixa, mas é uma questão de filo-sofia e de responsabilidade para

com o futuro. Não terei medo de enfrentar nenhum desses problemas. Com a franqueza que estou falando agora aqui, porque eu acho que chegou a hora. O Brasil cansou de impostura, cansou de impos-tura. Então nos vamos dizer as coisas, as coisas como são e optem. O governo vai fazer a sua parte, o governo vai apelar à so-ciedade, vai explicar à sociedade, vai mostrar que ele não quer tirar um tostão de quem quer que seja, vai garantir os direitos, mas vai perguntar: e os direitos futuros, e os direitos que estão nascendo hoje, não vão ser assegurados? Nos vamos ser irresponsáveis e gastar tudo hoje saber como vai ser amanhã? Es

sa que é a nossa questão. Não se fala tanto, e com razão. que temos que pensar nas criancas. E pensar na crianca não é pensar no futuro da criança? E pensar no adolescente não é pensar no emprego? E o emprego não precisa ser garantido tam bém, em função de um crescimento econômico mais ativo? Esse é o espírito das reformas. Melhorar, dar mais, garantir salários reais, garantir uma apo-sentadoria condigna para todos os brasileiros, acabar ou restrin-gir; se não der para acabar com

os privilégios. Não preciso me alongar. Dei apenas exemplos na ordem eco-nômica e na ordem previdenciária. Virão depois, no momento oportuno, as discussões sobre a eforma tributária, onde o espíri to será o memso, e a reforma ad-

ministrativa. Mas eu queria, ao entregar hoje, como farei esta tarde. ao Congresso Nacional, estas emendas, aproveitar a oportunidade de es-tarmos aqui reunidos com os meios de comunicação para transmitar ao País essa mensagem, que é de confiança, que é de esperança muito forte, que é de crenca de que nós vamos manter o real, e que para mantê-lo nós vamos precisar fazer essas reformas. Nós vamos continuar o crescimento econômico, e para mantê-lo, para continuá-lo, nós precisamos das reformas e nós

faremos as reformas. Mujto obrigado, estou à disposição para responder as perguntas."